ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH COREAÚ

Ao décimo sétimo dia do mês de setembro de dois mil e dezenove, realizou-se a vigésima Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Coreaú, no Auditório do SENAC de Sobral, localizado no centro de Sobral-CE, a partir das 08:30 horas, com a seguinte pauta: Aprovação da ata da 19ª Reunião Extraordinária; Discussão sobre Uso e manejo de agrotóxicos riscos a saúde humana, contaminação dos recursos hídricos e as alternativas sustentáveis a produção agrícola. Discussão sobre a Política de Água e Esgotamento Sanitário do Estado do Ceará; Eleição para processo de Vacância; Orçamento do Comitê 2020. A reunião contou com a presença das técnicas e técnico da COGERH: Kamylle Prado, Patrícia Vasconcelos, Adriana Gondim, Hiago Gomes, Jussara Alcântaras e Manuel Bartolomeu. A reunião teve a participação de 32 (trinta e duas pessoas) sendo que do CBH Coreaú dezenove instituições, representadas pelos membros: Marcos Antônio Monteiro Freitas titular da EMATERCE; Raquel Ferreira Gomes Rosa suplente da SEMACE; Joaquim Ferreira dos Reis, titular do DNOCS; Amanda Nunes Diógenes, suplente do ICMBIO; Kléber Trévia Veras, titular da Câmara Municipal de Camocim; Roberto Chaves Ferreira, titular da Prefeitura Municipal de Granja; Antônio Eraldo Batista Lima, titular da Prefeitura Municipal de Uruoca; Raul de Araújo Lima Neto, titular da Câmara Municipal de Senador Sá; Francisco Inácio de Brito, titular do STR Mucambo; Pedro Ronaldo Lira de Oliveira, titular do STR de Camocim; Flávio Pereira de Souza, titular do STR de Cruz; José Neuciano Pinheiro Oliveira – titular do IFCE; Francisca Araújo Machado, suplente da Fundação CIS; Francisco Azevedo de Souza, titular da FAEC; Keila Aragão Correia, titular da Associação dos Pequenos Produtores da Lagoa dos Bitonhos; Manoel Benedito Sampaio, suplente da Associação Comunitárias dos Moradores de Arapá; Antônio Arnaldo Rodrigues da Silva, titular da Associação Comunitária Capitão Simão Félix; Francisco Reginaldo Alves de Lima – Associação Maracajá; Carlos Montiny Nogueira Isaias Filho, titular da CAGECE; Ana Paula Lima do Vale, titular do SISAR BAC. Keila Aragão, da Diretoria do CBH Coreaú, realizou a abertura da reunião com as boas-vindas aos presentes e os informes da reunião sendo que um destes foi sobre o Pró-Comitê. Francisca deu continuidade as informações, falando sobre o Encontro em Quixadá, sendo que este tem previsão em ocorrer entre os dias 27 e 29/11/2019, em Quixadá, na Faculdade Cysne. Relatou que as empresas não respondem as solicitações de informações sobre preços e que em virtude disto está com dificuldade de encaminhar as licitações. Francisca destacou a importância do evento com ênfase a participação dos membros do CBH Coreaú. Que o evento será uma capacitação para o comitê e um momento muito importante, com troca de informações que possibilitará o aprendizado dos membros, através das questões conceituais e das vivências compartilhadas com técnicos de outras regiões. Bartolomeu, gerente da regional, relatou ter recebido e-mail da gerente da GERHI, Clara Sales, sobre as dificuldades quanto aos prazos das licitações e que segunda a mesma não existe um prazo viável para realizar o evento ainda este ano. Francisca da Fundação CIS falou sobre o encontro de Moraújo, além das atividades realizadas e divulgou a reunião com a apresentação do diagnóstico das comunidades pelo SISAR, que realizar-se-á no dia 27/09/2019, às 9 horas no STR de Moraújo. O senhor Arnaldo falou sobre a alocação e perguntou ao gerente sobre o problema do volante e da comporta do Várzea da Volta e se tem prazo para resolver. Bartolomeu disse que já está programada uma vinda da equipe de Fortaleza para reparo de equipamento, o gerente da regional de Sobral, também relatou que a COGERH colocou um agente de guarda e inspeção no açude (AGIRHs) que contribuirão com outros serviços no reservatório, inclusive acompanhar as reuniões. Que foi decisão da diretoria ter alguém para monitoramento. Bartolomeu prosseguiu com a apresentação do acompanhamento da operação iniciando com um quadro com as seguintes informações: data da reunião, vazão aprovada (regra de operação) e volume atual do açude. Bartolomeu falou sobre o

Tucunduba que mesmo com as condições do açude se pode fazer uma abertura. Que enviou uma Comunicação Interna para o DNOCS local (Sr. Joaquim) e que este remeteu para Fortaleza. Bartolomeu falou sobre a operação do Vale do Angicos, sobre a barragem que favorece a captação para Senador Sá e Uruoca, a uns quinze dias em média, um cidadão ao lado da barragem, esvaziou a barragem (outra) comprometendo o abastecimento de Senador Sá e Uruoca. A barragem do Jordão foi aberta pelo usuário dono do balneário, que com a abertura, afetou as captações de Senador Sá e Uruoca. Bartolomeu falou sobre as imagens do planet e a utilização delas para a fiscalização. Apresentou fatos e falou da contratação de profissionais para trabalhar nos açudes e desculpou-se por não ter realizado uma fiscalização com mais ênfase. Sr. Azevedo falou sobre o problema de Senador Sá e Uruoca e do Várzea da Volta e disse que não está sendo comunicado das reuniões. Adriana disse que deixou entregou o convite ao Sr. José Pinto. Kamylle apresentou os objetivos do trabalho realizado na região do Várzea da Volta a partir do foco do trabalho e disse qual seria a pauta de trabalho da próxima reunião. Foi consenso a dispensa da leitura integral da ATA e foram realizadas apenas as leituras das deliberações. A ATA foi aprovada por unanimidade. Raul informa que a comunidade e CG do Tucunduba está revoltada pois ficou programada para o dia 08/08/2019 a realização da reunião de alocação e a mesma não foi realizada. Que os problemas são os mesmos de muitos anos atrás e não houve reunião. Sobre a reunião da diretoria sobre o orçamento do CBH Coreaú, faltaram as propostas nas discussões. Kamylle disse que os eventos que tinham sido pensados foram os seguintes eventos como, o Seminário sobre Água Subterrânea, o Seminário do Vale do Angicos além das capacitações e outros eventos previstos para o final deste ano. Raul agradeceu e passou a palavra para Keila Aragão que logo na sequência convidou o Professor Flávio Crespo do IFPI. Flávio iniciou sua fala com uma dinâmica promovendo que em duplas os presentes pudessem abraçar-se e com isso estimulou a integração dos presentes. ***Após a dinâmica, continuou com três perguntas: A água que vocês bebem, tem agrotóxico? A água cumpre a função dela? Já se preocuparam em pedir a análise de metais pesados da água que é consumida por vocês***. Flávio iniciou destacando comprometimento da qualidade de água pelo uso de venenos e perguntou à plenária, se sabiam como estava a qualidade da água do rio Coreaú, Roberto Chaves de Granja relatou desconhecimento sobre os exames realizados. O representante do SAAE de Granja, Sr. Francisco das Chagas, destacou que todos os exames são realizados, inclusive o de metais pesados, o que deixou o Prof. Flávio Crespo surpreso, este iniciou um diálogo com o tema Agroecologia, como modelo sustentável a produção de alimento, trabalho, conservação de solo e água. O Professor Flávio discutiu temas como Atualmente a produção agrícola é um investimento “rentável” e as empresas e os produtores fazem de tudo para aumentar a sua produtividade. Para tanto, alguns dos recursos que utilizam são:“enriquecer” a terra com fertilizantes químicos; e aplicação de agrotóxicos, na tentativa de controlar populações de organismos espontâneos e buscando sempre “facilitar” o monocultivo. Os agrotóxicos podem causar diversos impactos ambientais, chegando a se esvair pelos rios, impregnar no solo e chegar às águas subterrâneas. O uso de venenos compromete a qualidade da água para abastecimento, o solo, os alimentos e a manutenção da vida aquática selvagem. É possível entender o nível de contaminação dos rios pelo fato da agricultura ser a maior consumidora de água doce do mundo, chegando ao patamar de 70% de sua totalidade; Essa água repleta de inseticida contamina os seres vivos presentes na região, inclusive as plantas aquáticas; O agrotóxico só perde para o esgoto não tratado quando se trata dos maiores contaminadores de rios brasileiros; Sua utilização nunca foi tão discutida e condenada, especialmente se levarmos em conta os altos índices de poluição de rios, solos e ar associados ao uso de venenos na agricultura; Estima-se que o Brasil use 19% de todo o agrotóxico do mundo, sendo seu maior consumidor no planeta inteiro. Foi também realizado um comparativo em analogia ao consumo a instalação de indústria de agrotóxicos e outras no Brasil, enquanto em, parte dos países da Europa, e Estados Unidos buscavam-se alternativas de produção orgânica. Falou que os herbicidas são potencialmente cancerígenos e falou sobre o agente laranja e o período da Guerra do

Vietnã para contextualizar. Lembrou que os EUA tem intenção de ser o maior produtor de orgânico do mundo porém joga para o Brasil a produção e consumo de veneno. Disse que no Ceará tem uma legislação que proíbe mas que no Piauí estão passando por problemas pois persiste o interesse em levar o monocultivo com veneno. Destacou também que 85% do que se cultiva, esta pautado em 12 espécies vegetais. Um dado curioso e alarmante é que menos de 10% do inseticida aplicado por via aérea nas plantações atinge o inseto alvo e o restante se dispersa na natureza e causando muitos danos saúde humana e do ambiente. Falou de problemas no sul do Piauí onde foi encontrado glifosato no leite materno. Muitos desses danos são invisíveis, já que peixes contaminados por agrotóxicos podem ser consumidos por pessoas, propagando um efeito em cadeia de disseminação do inseticida. Um fator agravante é que esses compostos são biocumulativos, isto é, acumulam-se progressivamente na cadeia alimentar e não são eliminados ou dissolvidos com o tempo. Eles não são biodegradáveis, isto é, são resistentes à degradação biológica, além de serem também resistentes à degradação química e fotolítica. Em razão disso, mesmo em pequenas concentrações afetam bastante o equilíbrio do ecossistema. Ao contrário do que ocorre em outros países, no Brasil as empresas que produzem agrotóxicos não se envolvem com o monitoramento da água, que é custeado pelos cofres públicos e pelas empresas de abastecimento. O primeiro veneno a ser utilizado em cadeia foi o DDT, um pesticida que, quase um século depois de sua massificação, foi proibido em muitos países pela sua correlação com o câncer; No Brasil, embora ele tenha sido proibido para uso na agricultura, continuou a ser fabricado e usado em outros produtos até recentemente; Outros venenos já proibidos por lei ainda são utilizados tranquilamente, sem que haja uma fiscalização rigorosa para impedir essa ação. Foi enfatizada a importância de discutir o tema dentro do CBH Coreaú, já que todo agrotóxico utilizado, cairá na água sendo bom que o CBH já pense em alternativas para resolver o problema. A avaliação do poder do inseticida em prejudicar a natureza é feita baseada em quanto tempo eles persistem nos locais contaminados; Alguns mais simples se evaporam com um curto espaço de tempo, enquanto outros levam mais de 30 anos para sumirem por completo. Os fertilizantes também podem levar à poluição das águas superficiais de rios, lagos e represas, causando prejuízo para o ecossistema; Esses fertilizantes arrastados para os rios, lagos e represas favorecem a rápida proliferação das algas, em uma proporção acima do normal; Isso dificulta a entrada de luz e a oxigenação da água. Essa situação se torna pior quando essas algas morrem, pois elas liberam um número muito grande de detritos que são decompostos por microrganismos aeróbios causando a morte de vários peixes e plantas aquáticas. Esse fenômeno é denominado de eutrofização. No solo, a contaminação por agrotóxicos se torna contínua pelo poder que ele tem de reter grande quantidade de veneno ao longo dos anos, reduzindo sua fertilidade. Mesmo com as informações sobre os danos causados pelos agrotóxicos, as proibições e os métodos alternativos de agricultura sem utilizá-los, o Brasil também se destaca pela falta de conscientização real da população e do Governo para adotar medidas que impeçam esses agentes poluentes e perigosos a permanecer no ciclo da contaminação. Mesmo com as informações sobre os danos causados pelos agrotóxicos, as proibições e os métodos alternativos de agricultura sem utilizá-los, o Brasil também se destaca pela falta de conscientização real da população e do Governo para adotar medidas que impeçam esses agentes poluentes e perigosos a permanecer no ciclo da contaminação. Existe produto fabricado para combater lavra do mosquito da dengue com veneno. Francisca relatou o trabalho como agente de endemias. O uso de organifosforato tem correlação com a grande quantidade de suicídios, principalmente nos locais onde existe maior produção que é a região sul. Flávio também destacou que 1 em cada 4 municípios do Brasil, está com a água contaminada por agrotóxicos, segundo dados dos anos de 2014 a 2017. Amanda do ICMBio falou sobre a experiência que teve com a contaminação por alumínio A agricultura é essencialmente a manipulação dos sistemas naturais para a produção de plantas e animais, necessários ou desejados pelos humanos; Representa a atividade básica para a sustentação para a espécie humana no planeta; Mais de 60% da área terrestre utilizada são hoje manejadas para fins agrícolas, pastoris ou de

cultivos florestais; Caracteriza-se por grande dependência de insumos exógenos (adubos e agrotóxicos) e por causar grande impacto ambiental; Traz consequências negativas para a biodiversidade e para o planeta, devido a exploração inadequada dos recursos naturais; Os impactos das atividades agrícolas não se restringem as áreas de cultivo, seus efeitos podem se difundir para locais distantes da origem. É preciso incorporar ao cotidiano dos agricultores, conceitos de agroecologia cujo foco principal consiste no manejo adequado dos solos ao longo do tempo, tornando-o capaz de sustentar um desenvolvimento equilibrado do agroecossistema. Flávio também destacou que o formato de classificação dos agrotóxicos será modificado, e apenas os que oferecem risco de morte que serão evidenciados como perigosos, o que neste contexto os 840 classificados com grau de risco serão reduzidos para aproximadamente 40. Foi sugerido por Flávio, o acompanhamento das informações através do Atlas do Uso de Agrotóxico no Brasil e Carlos Montiny da CAGECE questionou sobre a origem dos dados e qual seria o produto que oferece menos risco. Foi sugerido então por Flávio a leitura do dossiê da ABRASCO. No Brasil, as empresas que produzem agrotóxico não se envolvem com o monitoramento da água, ao contrário de outros países. Um dado muito importante, é que continuamos no Brasil com a utilização do que já foi proibido a muito tempo. Um exemplo mencionado foi a utilização de Aldrim, para matar caranguejo que cortava o arroz, o Aldrim é proibido desde 1985, persiste no ambiente por mais de 30 anos, na região do Delta do Parnaíba para matar o caranguejo que compromete o cultivo de arroz. Outro dado importante é que os fertilizantes se incorporam às macrófitas e acentuam o processo de eutrofização, isso é contribuído pelo uso de fertilizantes na bacia hidráulica e a presença de grande quantidade de matéria orgânica, presente na ração. Patrícia do Núcleo de Gestão perguntou se pela análise das macrófitas presentes era possível identificar a gênese da contaminação. Flávio explicou que o adubo a presença de nitrogênio era evidente. Flávio disse que o solo retém muito veneno e que mesmo com muita informação, o Brasil se destaque pela falta de conscientização da sociedade e a falta de medidas do governo e disse que devemos saber a origem do que consumimos, até para pressionar o governo e que a natureza ensina que devemos plantar tudo misturado. Foi também comentado o estudo na Chapada do Apodi, que a pesquisadora Raquel Rigotto foi ameaça de morte e teve que sair da região. Foi citado exemplos de hortas que podem ser feitas em casa e que não levariam tempo. A agricultura praticada no Brasil, caracteriza-se por grande dependência de insumos exógenos (adubos e agrotóxicos) e por causar grande impacto ambiental e que as práticas agrícolas atuais, trazem consequências negativas para a biodiversidade e para o planeta, devido a exploração inadequada dos recursos naturais; Os impactos das atividades agrícolas não se restringem as áreas de cultivo, seus efeitos podem se difundir para locais distantes da origem. Uma alternativa interessante consiste na economia solidária e a aquisição de produtos a consumidores que sustentam a atividade agrícola familiar. Um desfio consiste em incorporar ao cotidiano, o conceito de agroecologia e que a agricultura deve procurar novas formas de produzir sem destruir. É preciso incorporar ao cotidiano dos agricultores, conceitos de agroecologia cujo foco principal consiste no manejo adequado dos solos ao longo do tempo, tornando-o capaz de sustentar um desenvolvimento equilibrado do agroecossistema. O objetivo da agroecologia é a produção de desenvolvimento rural, endógeno e sustentável e quando se fala de sustentável o objetivo é dizer: ético, político, cultural, ambiental, social e econômico por fim. Flávio Crespo finalizou citando alguns exemplos de produtores locais e disse a importância de todos e todas frequentarem as feiras, que precisamos apoiar as iniciativas. Citou o exemplo da feira da Viçosa, que ele compra tomate desde 2012 e que é importante promover a economia solidária. Que devemos comprar para estimular o aumento da produção em quantidade e qualidade. Falou de áreas de produção próximas a região. Flávio é professor voluntário da EFA a seis anos e finalizou sua fala sobre a valorização do produto oriundo da agricultura orgânica. Roberto Chaves de Granja, falou sobre a consciência da sociedade e que esta deve iniciar a partir de cada indivíduo. Também relatou a importância do cooperativismo na produção de orgânico. Flávio falou que para ser orgânico tem

que ser agricultor familiar, tem que ter DAP, o que não impede que possamos comprar diretamente dos mesmos. Que precisamos fortalecer os agricultores familiares e que o custeio da produção é importante para motivação e continuidade dos mesmos. Flávio Crespo agradeceu a atenção dos presentes. Keila da Diretoria do CBH também agradeceu e chamou Marcela Facó, da Secretaria das Cidades que responde pela Coordenação de Saneamento, a mesma iniciou sua fala, dizendo que em 2016 vários órgãos do estado se reuniram e elaboraram uma minuta sobre a política de abastecimento de água e esgotamento sanitário que foi aprovada, com algumas modificações, pela Assembleia Legislativa, que é uma das mais modernas e a única que oficializa a existência do saneamento rural. Que ela prevê a isenção de água bruta até 5 m^3 para saneamento rural. Que a política estadual tem algumas inovações em relação as demais do país, que é a 162/2016. Que a discussão sobre a titularidade municipal é sempre realizada, embora o impacto seja regional, que isto é um ponto polêmico. As competências dentro do saneamento é que, a titularidade é do município, só que houve um entendimento jurídico recente que nas regiões metropolitanas a titularidade é do município. Marcela apresentou o quadro da estrutura organizacional, a coordenação é da Secretaria das Cidades, o planejamento é também da Secretaria das Cidades, junto com a SDA e SRH, a prestação do serviço pode ser feita pelo SAAE, SISAR ou CAGECE. A regulação seria pela ARCE, que atua em todos os municípios que tem a CAGECE como prestadora de serviço e a fiscalização ambiental pela SEMA e SEMACE. Outras partes interessadas são o governo federal, sociedade civil, Secretaria de Saúde e COGERH. Depois houve um breve diálogo sobre a região metropolitana de Sobral. Foi questionado sobre quantos municípios a mesma abrange. Vereadora Livramento, de Frecheirinha relatou a dificuldade de conscientização pois o esgoto onera na tarifa de água. Disse que o serviço da CAGECE não é satisfatório no município e disse que a dificuldade é que a rede de esgoto foi instalada em algumas ruas mas não teve aceitação da comunidade e que o esgoto na cidade tem mal cheiro. Marcela Facó disse que um dos maiores problemas identificados é o esgoto ligado a drenagem, que isto inclusive é crime ambiental e que muitos fazem até pela ingenuidade e que deve ser realizada fiscalização pelo município, se este não tiver órgão ambiental, pela SEMACE. Marcela falou também sobre a diferença de tarifa que é estipulada de acordo com o perfil socieconômico do usuário e que funciona como um subsídio cruzado. o subsídio cruzado e fez analogias com a cobrança dos serviços de energia elétrica e telefonia. Que na sua leitura não existe o sentimento de valorização do esgoto. Que hoje, existem políticas para pensar muito mais o esgoto para reutilizar. Marcela também mostrou os diversos financiadores do saneamento, mostrou os municípios onde a CAGECE atua e na sequencia os operados pelo SAAEs e pelas prefeituras em relação ao abastecimento. Falou sobre a Política Estadual de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e citou alguns instrumentos como o Plano Estadual de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, Sistema de Informações em Saneamento, Fundo Estadual de Saneamento e Saneamento Rural. Relatou de forma breve, um ponto polêmico que a disponibilidade da rede de esgoto de forma a viabilizar as ligações residenciais. Águas do sertão (250.000) projeto assinado este ano, com o objetivo de construir sistemas de saneamento em comunidades rurais (envolve estudos sobre abastecimento). Citou também a multa por infração ambiental e licenciamento simplificado e priorizado. Marcela Facó falou sobre o Projeto Águas do Sertão, que tem como objetivos, melhorar o acesso da população à água potável; -Contribuir para a proteção dos recursos hídricos por meio do tratamento dos esgotos e do uso eficiente de água; - Garantir a sustentabilidade da operação e manutenção das infraestruturas de saneamento básico através do fortalecimento do modelo de gestão SISAR. O projeto consiste num empréstimo aproximado de 250 milhões, realizado pelo governo do estado. Sr. Arnaldo perguntou como seria a participação das comunidades. Adriana da COGERH perguntou se quem solicita é a prefeitura ou comunidade, Marceça Facó disse que tem sido a prefeitura, mas que ela acredita que também possa ser solicitado pela comunidade. Marcela disse que acha que entre os critérios temos: os usuários estejam organizados em associações, vinculadas ao SISAR, comprovar

fonte hídrica. Ana Paula do SISAR, destacou que o programa não tem como prioridade a construção de cisternas de abastecimento de esgoto mas a instalação de sistemas para revitalizar as estruturas que já estão construídas (instaladas). Disse que entende que o programa é para quem não tem sistema, mas Marcela Facó disse que está também inclusa as melhorias e/ou revitalização, além da implantação. Marcela destacou que pretende-se implantar e instalar apenas para rede de esgoto e no caso do abastecimento, serão realizadas as melhorias. Marcela Facó apresentou fotos das Centrais de Tratamento de Resíduo do Vale do Acaraú e das CRMs. A 1ª central de tratamento de resíduos do estado do ceará (CTR) do Vale do Acaraú, localizada em Sobral. Massapê já teve construído um entreposto. ETR (Estação de Tratamento de Rebordo) e CMR (Central Municipal de Resíduo). Falou sobre a elaboração do Plano de Saneamento na escala dos municípios e apresentou o mapa da região. Apresentou a lista de municípios com as respectivas leis de aprovação. No município de Sobral a revisão do PSMB será realizado com empréstimo do PRODESU. A ARCE é responsável por realizar o acompanhamento dos planos. A Secretaria das Cidades está elaborando com os municípios os planos de Cariré, Coreaú, Irauçuba, Forquilha, Massapê e Santana do Acaraú. O prazo de execução é 17/12/2019. O valor é em torno de um milhão de reais para o estado. Já foi concluída a etapa do diagnóstico e agora está na etapa de prognóstico. Destacou que maiores informações, entrar em contato com a Secretaria das Cidades. O processo de vacância foi aberto e foi convocada a Comissão Eleitoral para apresentação do edital de renovação, que são Arnaldo, Kleber, Francisca e Marcos. Foi lembrada a quantidade de vagas, sendo 1 (uma) para o Poder Público Municipal e 1 (uma) para o setor Usuário. Kamylle disse que foi aberta vacância de duas instituições: BOMAR e Prefeitura de Jijoca. Os interessados nas vagas realizaram suas respectivas falas. Para o setor usuário, o representante do SAAE de Granja realizou sua fala a Associação de Moradores de Volta dos Almeidas, apresentou seus motivos através do representante o Sr. Benedito. Logo após foi realizada a votação aberta, onde o represante do SAAE recebeu 3 (três) votos e a **Associação de Volta dos Almeidas 13 (treze) votos, sendo esta última eleita** por maioria. Logo em seguida falaram os representantes do poder público municipal, concorrentes a vaga deste setor, o representante da prefeitura de Alcântara recebeu 6 (seis) votos, Câmara Municipal de Frecheirinha 3 (três) votos e representante da **Prefeitura de Martinópole 7 (sete) votos, sendo esta eleita**. Kamylle disse também que as reuniões do CBH são públicas e convidou todas as instituições, mesmo a não eleitas. De acordo com o decreto 32.470 a técnica da COGERH, enfatizou que deve-se dar entrada a solicitação de outorga em até 30 dias após a posse. Kamylle falou da importância da regularização como ato de legalidade e defesa da Política de Gestão de Recursos Hídricos no estado do Ceará. Relatou que cabe a diretoria do CBH votar a vacância das instituições que não estão regularizadas. Como último informe, solicitou que o coordenador do Núcleo de Operação e Manutenção, Hiago Gomes possa fazer os esclarecimentos. Hiago iniciou sua fala sobre a situação dos usuários. Primeiramente a situação da Associação Comunitária do Arapá, já vistoriada, que o apoio técnico é realizado pelo SISAR, que é membro do CBH do Coreaú, como o SISAR não capta ele não precisa de outorga mas como é associação que faz a captação e tratamento a mesma precisa de outorga. Sr. Marcos perguntou quem gerencia o sistema, disseram que é a associação. Que as associações vinculadas ao SISAR preciso dar entrada no pedido de outorga segundo a Kamylle que interviu para esclarecer. Hiago esclareceu que a Associação Comunitária do Arapá não trouxe a documentação. Foi perguntado se seria ampliado o prazo, Kamylle respondeu que não é atribuição do Núcleo de Gestão dar esse prazo, e disse que esta associação e a da Lagoa dos Bitonhos são usuários e ainda estão irregulares. Hiago disse que a Associação dos Produtores de Cachaça de Alambique, tem no seu estatuto a qualificação de usuário de água, mas não faz uso de água no momento e precisa verificar. Kamylle explica que, conforme orientação da Secretaria dos Recursos Hídricos a Associação pode ser usuária, mas momentaneamente, até por questão de escassez não está utilizando a água. E que isso precisa ser identificado. E que outra orientação é de que, para que a COGERH verifique que instituição é usuário, que se avalie o seu estatuto, que destaca as suas

atividades. A Associação pelo nome e pelo estatuto enquandra-se como usuário. srr. Marcos perguntou quem é usuário de água, Kamylle destacou que segundo o decreto 32.470 existem duas categorias, os usuários diretos e as instituições que representam a categoria usuário (SISAR, Colônia de Pescadores, etc). Que a Associação dos Produtores de Cachaça de Alambique tem que dar entrada na solicitação de outorga, mesmo que não esteja utilizando no momento, mas é sua natureza segundo o estatuto, que quem irá avaliar é a SRH. Kamylle disse que o prazo já está esgotado a muito tempo, e vai deixar o plenário encaminhar. Hiago disse que de todos os usuários apenas dois estão em situação regular que é CAGECE e SISAR. Que todos os demais foram comunicados, mas até agora ninguém deu entrada. Que desde julho/2019 todos foram contatados. Que existem dois casos pendentes. Kamylle falou sobre o caso da associação do Pau Ferro, Associação Capitão Simão Félix, representado pelo Sr. Arnaldo, que dependem do rio, perenizado pelo Várzea da Volta e que não têm sistema de abastecimento humano. A resposta da SRH solicitou à COGERH o encaminhamento de relatório de vistoria. Hiago destacou que a COGERH depende da orientação do jurídico da SRH. Keila falou como representante da Associação da Lagoa dos Bitonhos, que tem ciência que o prazo esgotou mais que já está com o documento, mas que por conta do tempo não apresentou e colocou a situação para plenária e que a documentação seria entregue na COGERH ainda hoje. Raul e Sr. Marcos destacou que o prazo nem deveria ser dado, inclusive muita gente que participou da renovação e que muitos que estavam regularizados deixaram de participar do CBH. Montiny da CAGECE disse que o CBH não tem mais como protelar e que seja aberta vacância em todas as instituições e perguntou se as mesmas instituições estando regularizada podem concorrer novamente. Kamylle disse que o decreto fala das infrações durante os últimos doze meses, que isso inviabiliza a participação e propôs a abertura da vacância. Hiago destacou que independente de ser membro do CBH ou não o usuário tem que regularizar-se. Membro da associação do Arapá, falou da dificuldade de assistência técnica e jurídica para resolver a situação que uma associação ser tirada por conta disso é algo difícil, que deveria ser entendido. Francisca disse que o Sr. Marcos tem razão quando fala que o CBH precisa resolver a situação. Destacou que independente da participação no CBH todos devem regularizar-se e que os membros devem aproveitar as capacitações e que não há motivos para justificar a não regularização. Hiago, disse que no caso do Arapá a única pendência era o documento da terra, que foi tentado contato várias vezes com a associação e que foi enviada mensagem com a orientação dos documentos que eram necessários para a associação dar entrada. **Fica determinado que amanhã, 17 horas, será realizado a última revisão e quem não tiver dado entrada no processo de regularização será aberta a vacância.** Raul agradeceu a presença e foi encerrada a reunião. Eu, Patrícia Vasconcelos, redigi esta ATA.